**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**CONSELHO SUPERIOR**

**Reunião extraordinária de 28 de julho de 2020 – webconferência**

**Ata 002/2020**

Aos 28 dias de julho de 2020, o Conselho Superior do IFSul realizou reunião extraordinária, via webconferência, para discutir a **Avaliação da continuidade da suspensão das atividades presenciais no IFSul**, presidida pelo professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram os conselheiros Nilo Moraes de Campos, Natali Farias Cardoso, Alexandre Pitol Boeira, Lucas Vanini, Giuliana Gonçalves do Carmo Oliveira, Glaucia Carine dos Santos, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Emmanuel Rodrigues da Silva, Cléberson Saller da Cruz, Mack Léo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Gislaine Gabriele Saueressig, Janaina Corneli, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, Emily da Costa Pinto, Cláudia Redecker Schwabe, Evandro Fernandes, Meirelis Corin de Oliveira, Giovana Borges Oliveira, Fernando Rodrigues Montes D’Oca, Fernanda Veleda Camacho, Rozani Zachow, Marco Antônio da Silva Vaz, Vivian Anghinoni Cardoso Correa, John Anderson Lopes da Costa, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Pablo Machado Mendes, Denise Perez Lacerda, Guilherme Scholze Teixeira, Magda Santos dos Santos, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa, Roberta Gonçalves Crizel, João Gilberto Obelar Soares, Tales Emílio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Amanda Oliveira Geiger, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Manoel Antônio Madruga da Silveira, Tiaraju Molina Andreazza, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Giovani Teles Tier, Celso Silva Gonçalves, Everton da Silva Felix, Luis Felipe Costa da Cunha, Cristian Oliveira da Conceição, Eloisa Maia Wiebusch, Gabriele Laís Mandler, Christopher Hauschild Schott, Rocelito Lopes de Andrade, Rafael Theis Dittgen, Nei Jairo Fonseca dos Santos Jr, Elton Rodrigues da Silva. O presidente explicou que a proposta de hoje é avaliar de forma pontual a continuidade da instrução de serviço que suspende as atividades presenciais em todo o instituto. A instrução atual vai até 03 de agosto e vamos avaliar a continuidade dessa suspensão. Passou a palavra ao conselheiro Francisco Brongar que pediu para manifestar-se antes da discussão da pauta. Este leu a missão do IFSul (trecho inaudível) Hoje vivemos num período que nenhum de nós imaginou viver com esse vírus que faz com que nos recolhemos; quer começar falando do Conselho Superior que é o órgão máximo de deliberação do IFSul. Está acima da gestão e diz isso para salientar a importância de cada conselheiro; esse órgão não se subordina a nenhum gestor e o que é deliberado por este Conselho tem que ser cumprido. Lembrou que na formação dos institutos o MEC formatou um modelo, mas a lei facultava esse modelo. Na época, o Alexandre Vidor, da SETEC, em reunião no câmpus Pelotas falava no modelo do conselho que o MEC estava colocando e era um esqueleto que a gente podia colocar músculo. Num momento de intervenção na época disse que a lei nos facultava (inaudível). No formato do MEC, o CODIR tinha apenas um representante. No modelo que nós fizemos, todos os diretores têm assento no Conselho Superior, porque é impossível que quando tivesse qualquer problema no câmpus o diretor não tivesse assento e também não tivesse voz. Por isso é que se tem e acredita que o nosso Conselho é o mais democrático da rede; tem representação de todos os segmentos de cada câmpus mais o diretor. Fala como representante do SINASEFE, que representa docentes e técnicos da rede federal de educação tecnológica. Vimos na década de 90 um ataque sem precedentes à rede que, desde o governo Collor pregavam o Estado mínimo e foram os primeiros auspícios das privatizações. Esse projeto arrefeceu no governo Itamar, mas voltou no governo de Fernando Henrique Cardoso. Com os projetos de privatização da rede, se falava entregar ao sistema S, se falava em entregar aos Estados e, por último, no final do governo, seria transformar em organização social, que volta agora, no Future-se; então aquele projeto não estava descartado ainda; precisamos nos mobilizar de tal forma para garantir a rede pública, gratuita. Naqueles anos sofremos ataques do Decreto 2.208 que fez com que o ensino integrado terminasse para a rede; tínhamos o subsequente e o concomitante; algumas instituições chegaram a colocar à disposição de outras instituições o pessoal da formação geral. Conseguimos, através de uma articulação da direção à época, manter, inclusive, o ensino médio e lutamos até derrubar esse decreto e conseguimos voltar com o ensino integrado em toda a rede. Este sindicato que representa docentes e técnicos da rede travou luta em inúmeras greves nos anos 90; resistiu ao arrocho salarial do governo neoliberal que proibiu (inaudível) quando se instalou um novo projeto. Até o final de 2002, tínhamos Cefets e Escolas Técnicas e Agrotécnicas na rede federal de ensino, na época em número menor que o Uruguai. Com o projeto veio a expansão e fez com que se formatasse os institutos, que hoje são mais de 500 em todo o país. Muitos colegas não sabem que para que isso acontecesse nós tivéssemos brigado, e a luta foi muito grande para manter a rede porque se ela não mais existisse, não teríamos hoje os institutos no formato que aí estão. O SINASEFE foi protagonista na derrota do projeto do Fernando Henrique Cardoso, de privatização da rede, foi protagonista também na criação desta instituição que é modelo único para o mundo, porque se não tivéssemos lutado para derrotar o projeto neoliberal nos anos 90, não teríamos as instituições que hoje temos. O SINASEFE tem feito política, sempre fez política e hoje fazemos política na defesa dos trabalhadores da rede federal, docentes e técnicos. Neste momento difícil nos colocamos também na defesa dos nossos estudantes; sofremos ataque nos últimos dias numa reunião de pais e alunos em que fomos acusados de não ter ensino remoto por causa do SINASEFE, mas não viu as pessoas que acusaram (inaudível) dizendo essa mentira, que não havia ensino remoto por causa do SINASEFE; não se teve reunião do Conselho por quase sete meses e essas pessoas não disseram nada, ou será que elas pretendiam fazer o ensino remoto sem passar por este Conselho? Passamos todo esse tempo sem Conselho e agora estamos vendo que há uma pressa muito grande para fazer a discussão. Gostaria de pedir ao Conselho um tempo maior, haja vista que na Câmara se reuniu sexta, ontem, continua hoje e estão apenas no artigo 4º. Faz essa solicitação e repúdio ao constrangimento do assédio que foi feito numa reunião com pais e alunos; solicita que se tenha um tempo maior para discussão dessa forma de ensino. O presidente lembrou que temos uma pauta, que é avaliar a continuidade da suspensão das atividades presenciais. Após terminada essa pauta, podemos entrar na solicitação da manifestação do Brongar de pedir mais tempo. O Conselho define a sistematização desse processo. O conselheiro Mack pedroso disse ter questão de ordem: foi citado na fala uma reunião com pais e estudantes e que foi citado contra o SINASEFE; isso fica confuso e então gostaria de pedir ao conselheiro que dissesse em qual reunião, em qual câmpus foi feito isso, porque não ter participado das reuniões de pais e estudantes, pela responsabilidade que a conselheira responsável pelo câmpus tinha de organizar; com os pais apenas fez uma fala introdutória e depois foi tratado com os coordenadores; gostaria de saber qual câmpus por que se não fica uma situação muito constrangedora se falar das diretoras, dos diretores, dos gestores e a gente não sabe a quem está se referindo, da mesma forma que esses dias recebeu e-mail no CONSUP, direcionado a todos, em 13 de julho, informando com um texto que dizia numa interpretação errada que foi aprovado no CONSUP e que esse grupo deveria trabalhar diretrizes para que possam ser propostas atividades remotas e não a construção de um plano de atividades remotas para o IFSul; também foi falado que esse e-mail citava e foi feito no câmpus; e se pronuncia como diretor-geral do câmpus Sapucaia, que na convocação que fizemos aos servidores e membros do câmpus, tivemos uma estrutura de organização e no instrumento convocatório utilizou termos similares, não exatamente iguais, ente aspas, porque deveria ao menos ser citado e foi para todos os conselheiros e aí a gente fica, se referindo a quem? O que foi falado? O que foi dito? Então, se foi referência ao câmpus Sapucaia do Sul, precisa fazer esclarecimentos, pois parece que as cousas estão sendo postas, jogadas, e a gente não sabe a quem se referencia. Essa reunião, em que houve uma manifestação contra o SINASEFE, tem que se saber o câmpus, porque o SINASEFE nos representa em Sapucaia, teria que se dirigir aos pais par algum esclarecimento e estudantes e também, se aquele texto de e-mail convocatório, onde dizia que o gestor não estava seguindo o que foi decidido no CONSUP, se for referência ao câmpus Sapucaia do Sul também precisa fazer esclarecimento. [E uma questão de ordem, para que as coisas fiquem bem claras. O presidente ratificou que vamos fazer a pauta sobre as atividades remotas e depois se retoma as duas questões trazidas pelo Brongar e pelo Mack Léo. Colocou em consideração pelo conselho a proposta que recebemos do Comitê de acompanhamento de enfrentamento do Covid-19, que enviamos aos conselheiros com a sugestão de continuidade de paralisação das atividades presenciais até 03 de outubro, ou seja, mais dois meses além desse período que já estamos paralisados, uma vez que o Comitê avaliou nesse momento para trazer essa sugestão. Lembrou que o Comitê é formado por médicos, enfermeiros, pessoal da área da saúde; nessa avaliação eles fazem uma série de considerandos que enviamos aos conselheiros e conselheiras para fazerem uma leitura inicial, uma avaliação inicial, e colocamos em apreciação a proposta de manter as atividades presenciais suspensas até 03 de outubro e, ao longo do mês de setembro, fazer avaliação para ver a continuidade do processo. A conselheira Gabriele Mandler gostaria de saber se tem alguém do NASS para apresentar a proposta para as pessoas. O presidente disse ter conversado com a Dra. Raquel, mas ela não está no momento, em função de plantões. A conselheira disse não ter dúvidas, mas seria bom uma apresentação geral, porque são conselheiros, estão representando, num momento diferente, numa transmissão no youtube e isso é uma recomendação para continuar sem atividades presenciais até 03 de outubro. O presidente salientou que o documento tem uma série de considerandos que justifica a proposta até 03 de outubro pela análise do contexto atual da pandemia, mas está tentando fazer contato para ver se consegue trazer algum dos componentes. O conselheiro Francisco Brongar pediu que fossem citadas as pessoas que compõem o Comitê, pois os nomes não constam no documento. O presidente pediu que fosse apresentada a portaria; disse que o comitê é presidido pelo Brod, os médicos do NASS e enfermeira. A conselheira Janete Otte disse, que sendo o assunto principal da reunião de hoje, a votação da suspensão das atividades até 03 de outubro, com o que concorda, o documento não pé longo e sugeriu que alguém o lesse, porque tem vários considerando que são importantes e as pessoas que estão assistindo no youtube deveriam saber por que está se tomando essa decisão tão importante da continuidade da suspensão das atividades, principalmente as presenciais até 03 de outubro. O conselheiro Celso Gonçalves disse que como representante do câmpus Santana do Livramento colocou que em reuniões já feitas na discussão das diretrizes do ensino com atividades pedagógicas não presenciais, que posteriormente será definido como será, todas as manifestações giraram em torno de que não temos hoje capacidade de ensino presencial por vários fatores, a curva de contágio, a curva de óbitos no Brasil, por questões estruturais num câmpus onde cruzam 600 pessoas por dia para ter atividades presenciais, por ser um câmpus que hoje está com uma obra de reforma de ampliação, que está funcionando em dois andares, na realidade é muito difícil manter um distanciamento social e por não ter um protocolo definido de comportamento dentro do câmpus, em relação a distanciamento, precauções para se evitar ao máximo o contágio porque, mesmo quando tivermos alguma atividade presencial nós não garantimos, nós tentamos mitigar ao máximo, mas o câmpus Santana do Livramento já tem o posicionamento que atividades presenciais, não; não temos condições hoje, temos que criar as condições, tanto físicas como políticas e pedagógicas, para que o câmpus possa funcionar algum dia de forma presencial. O presidente leu o parecer técnico do Comitê para a Covid-19. O documento foi compartilhado no youtube. A secretária Berenice Silva citou que a portaria é a 526/2020, mas não elenca os componentes, cita serem todos os componentes do NASS, sob a presidência do assessor do reitor Antônio Carlos Brod. Citou que os componentes do NASS são os médicos Sergio Falchi, Raquel Janeli, Cristiano, Talita, Ana e a enfermeira Nalba. Disse que o presidente contatou a dra. Raquel, que está num procedimento e entrará no link quando o mesmo terminar, para esclarecimentos. O presidente disse que, se não houver dúvidas, pode ser levada à votação, uma vez que o parecer foi bem detalhado. Não havendo manifestações, a proposta de continuidade da suspensão das atividades presenciais até 03 de outubro foi levada à votação; opção 1 – aprovar a continuidade da suspensão das atividades; opção 2 – abstenções. A opção 1 foi vencedora por unanimidade. Foi retomada a pauta do conselheiro Francisco Brongar, que solicitou ampliação do prazo para avaliação da oferta das atividades remotas. Resumiu a situação atual, explicando que no último Conselho foi definido que, se fosse feita uma ampla discussão nos câmpus, na comunidade acadêmica, sobre as diretrizes para oferta de atividades remotas; é sabedor que essa conversa, esse discutir dos câmpus e comunidade acadêmica foi muito significativo e também muito produtivo; foram muitas reuniões com estudantes, servidores, pais de alunos e alunas e isso refletiu em muitas e muitas considerações importantes. A Câmara de Ensino e o equivalente da Câmara de Pesquisa propuseram documentos iniciais para servir de base para esse trabalho de avaliação e, a partir daí começaram a surgir as diversas considerações de críticas, de elogios a vários tópicos do documento e se começou a pensar em tirar e incluir coisas. Esse trabalho foi realizado ao longo dessas duas semanas intensivamente junto aos câmpus e esse refletir todo foi muito importante para a instituição e, a partir daí, como definido pelo Conselho, as Câmaras se reuniram e começaram a sistematizar as sugestões de todas as considerações que vieram dos câmpus; é isso que esse grupo está fazendo desde sexta-feira passada; a proposta é que viessem hoje apresentar a proposta ao Conselho, mas ocorre que vieram muitas sugestões dos câmpus e o pessoal não consegui concluir ontem, precisa de, pelo menos, mais dois dias para finalizar o trabalho e a gente poder divulgar a sistematização que esse grupo de pessoas está realizando; então há um pedido do grupo para que seja adiada para quinta-feira a divulgação do documento para que se possa socializar para toda a comunidade acadêmica, com todas as considerações e sugestões que vieram dos câmpus e, a partir daí, os conselheiros poderem fazer seus estudos, encontros com seus segmentos e a gente realizar nosso Conselho Superior para trabalhar e definir a questão das atividades remotas. Isso é um resumo e, já antecipando a necessidade da entrega desse documento para quinta feira-desta semana. O presidente passou a falar da pauta proposta pelo conselheiro Francisco Brongar. Disse que o conselheiro pede mais tempo e que tínhamos programado que realizaríamos reunião extraordinária do Conselho Superior especifica para tratar das atividades remotas, na quinta-feira da semana que vem, dia 6. Então teríamos, a partir da entrega do documento, quinta-feira, uma semana para que os conselheiros pudessem fazer os seus encontros e trazer as suas avaliações. O assessor Antônio Brod fez um aparte para informar que a dra. Raquel e a outra médica estão em plantão e depois participarão do Conselho. O presidente respondeu que fez a leitura do documento e a votação, não sendo mais necessária a presença delas. A conselheira Janete Otte disse que, como iriam receber o documento hoje para avaliação até dia 6, pediu que vinculasse as reunião do CONSUP à entrega do documento aos conselheiros, que tivesse uns10 dias a partir da entrega do documento aos conselheiros para que tivesse a reunião do CONSUP, porque a gente não sabe qual é a continuidade, é um documento que veio com muitas contribuições, então necessita essa vinculação. A conselheira Cláudia Larrosa concordou com a proposição da conselheira Janete Otte, porque precisa uns 10 dias, a partir do momento em que receber o documento, para conversar com servidores, alunos e pais. O conselheiro Alexandre Pitol discorda dos 10 dias, porque a comunidade inteira já discutiu, tem que ser muito mais célere, não sabe por que estamos nos enrolando e defendeu 7 dias no máximo. Em 7 dias a comunidade tem condições de fazer uma discussão, vai ser discutido no Conselho Superior, não entende; acha que as pessoas não se deram conta da situação; solicitam que a gente faça uma discussão, mas aqui no Conselho Superior, onde vamos discutir profundamente; acha que a pressão da comunidade não está chegando a todo Conselho; recebe ligações e e-mails todo dia cobrando que a instituição tome uma posição definitiva; hoje, em Passo Fundo, somos praticamente a única instituição que não está adotando nenhuma sistemática; temos que definir, então não vamos ter, e vamos defender isso até o final, mas ficar nessa dúvida, sem saber o que responder é um problema; acha que a discussão de sete dias é suficiente para chegar no Conselho para uma discussão aprofundada. Propõe 7 dias, porque 10 dias é muito tempo e a discussão deveria ser o mais rápido possível. A conselheira Gabriele Mandler disse que talvez pudesse ser mais célere, mas o que em percebido é que o documento inteiro mudou, não foi a parte do documento que nós mandamos, são quinze câmpus e cada um mandou sua proposta, imagina a parte matemática, quantos documentos a gente tem, então dez dias contempla, pois a gente tem vários tipos de câmpus, Venâncio Aires é um câmpus médio, Pelotas é um câmpus gigantesco, é mais difícil fazer a discussão lá; os três dias adicionais pode não ser muita coisa mas, por exemplo, marcar uma reunião para esta semana, sendo que está todo mundo em trabalho remoto; falando de Venâncio, 70% dos TAEs de Venâncio têm filho pequeno, de menos de 12 anos; então tampem estão ocupados em acompanhar os filhos, é uma coisa a mais, então defende a proposta de 10 dias, até para conseguir marcar para a outra semana, e se der algum problema quando a gente marcar a reunião com os nossos pares; vamos pensar assim, é TAE está numa categoria que é o menor possível, são vinte, mas pensando no Christopher, aluno de Venâncio, ele tem 600 pessoas para ouvir, será que dá para ouvir 600 pessoas numa semana? O presidente disse haver duas propostas até o momento: ou manter dia 6 de agosto, quinta-feira da semana que vem, ou dia 10 de agosto, data que fecharia os dez dias a partir da liberação do documento na quinta-feira. A conselheira Janete Otte voltou a reforçar a questão não do dia, mas as propostas seriam sete dias ou dez dias a partir do momento que for enviada a convocação aos conselheiros com o documento final, porque colocar 6 ou 10 e eles não entregarem o documento quinta-feira, perdemos as datas; defende, junto com a Gabriele a proposta dos 10 dias após termos o documento final porque levamos quatro meses e meio parados sem chamarem o CONSUP, embora o CODIR tenha se reunido inúmeras vezes, mas o CONSUP não participou dessa construção, dessa discussão com o um todo, então, agora, dentro dessa reta final de uma coisa tão importante que são as diretrizes para um trabalho que deva contemplar todos os estudantes que nós temos, três dias de diferença para uma avalição dessas não seria um problema tão grande e poderíamos calmamente contatar o maior número de pessoas que a gente representa, para vir a ter um documento que realmente facilite e possibilite uma atividade com maior segurança e que não deixe ninguém de fora. O conselheiro Alexandre Pitol colocou sete dias úteis, está falando de uma semana, então seria uma semana ou duas semanas em sua opinião, não sete ou dez, é apenas um fator temporal, mas tora a refletir com o Conselho, o dia que estão propondo do retorno, 10 de agosto, é mais ou menos o dia em que a outra instituição pública de Passo Fundo vai retornar às atividades, a Universidade Federal da Fronteira Sul, de forma presencial, e nós não temos aula ainda; não defende a forma presencial, defende a máxima celeridade, ou decide definitivo não, ou decide definitivo sim. Não entende a dúvida, vamos ter dias de discussão aqui, então uma ou duas semanas de discussão; propôs sete porque é uma semana de dias úteis, defende sete dias, nas talvez a proposta seja uma ou dias semanas; não é pelos três dias, é para mostrar que temos interesse e célere; a colega falou ouvir 600 alunos, mas dá para ouvir; nós tentamos ouvir o máximo de alunos; não sabe como aconteceu nos outros câmpus, mas tiveram discussão profunda com a maior parte dos servidores, quantidade gigantesca de reuniões e todo mundo tem filho pequeno, tem dois filhos pequenos, claro que há uma dificuldade, todo mundo está passando, mas não é esse fator de ordem pessoal que vai impedir a nossa discussão. Tem carta de defesa de praticamente 100% de professores pedindo determinados cursos, pedindo ensino remoto urgente, alunos estão invadindo. Nós estamos mais perdendo aluno do que o aluno que não estamos atingindo, isto é óbvio, a gente vê na entrega das cestas; vai entregar a cesta , o aluno diz, Pitol, na minha condição, não consigo mais, estamos perdendo esses alunos; entregou pessoalmente a cesta para o aluno mais carente e ele pergunta quando vamos voltar. Por isso pede uma consideração, a nossa comunidade nos grita; acha que uma discussão de sete dias dentro da nossa instituição é extremamente viável, está falando de um câmpus de tamanho médio. Claro, Pelotas tem as suas dificuldades, mas acha extremamente viável. O conselheiro João Gilberto Obelar disse que os estudantes de Jaguarão pediram um prazo maior para debater sobre isso de forma mais clara e conseguir agregar o maior. número possível de estudantes. O conselheiro Carlos Correa entende a fala do Pitol, é um momento complicado, as pessoas estão tensas, cobranças estão acontecendo nas nossas comunidades, seja por parte dos pais, seja por parte da apropria comunidade, pois tem colegas que querem voltar às atividades, seja remota, mas está preocupado com a questão do tempo; não está pensando na questão da discussão que os colegas pretendem fazer pós documento pronto dentro dos câmpus. Está preocupado com o tempo que os colegas que estão com uma discussão bem intensa nas câmaras, que a gente tem que valorizar o trabalho que eles estão fazendo, é um trabalho árduo, são 38 itens de discussão, tem 14 câmpus envolvidos para cada um dos itens que estão sendo discutidos; eles estão fazendo um trabalho bem técnico, bem conceitual, ouvindo a opinião de todos os câmpus para que ninguém fique fora do contexto; então a gente não pode apressar este momento, temos que dar tempo para que eles consigam discutir com tranquilidade esses itens todos questão sendo avaliados lá. Propõe que se dê o tempo necessário para que eles possam fazer a discussão. Apressar a entrega para quinta-feira talvez seja um processo atropelado e que eles não consigam discutir com calma cada um dos itens da fora como estão fazendo agora, com muita cautela, avaliando todas as possibilidades, levando em consideração todas as apreciações dos professores, dos técnicos-administrativos, dos estudantes que se posicionaram nesse processo. Então talvez consigam entregar até o final da semana, então dar o prazo para que os conselheiros consigam avaliar daqui a 10 dias e aí sim, marcar o Conselho, mas que se dê o prazo para que as câmaras consigam fazer o trabalho com tranquilidade; é uma questão de valorização do trabalho deles e de todas as comunidades dos nossos câmpus. O presidente disse que, falando ontem com o Rodrigo, eles entendem que até quinta-feira conseguem concluir o trabalho; evidente que eles não dominam as discussões, que são intensas no sentido de fazer essa sistematização, mas existe esse horizonte de quinta-feira. Pelo que conseguiu fazer de resumo, tem duas propostas: a partir da entrega do documento das câmaras seria uma semana ou duas. Vamos imaginar que quinta-feira se conclua e a gente consiga enviar o documento, a reunião do Conselho para avaliar seria quinta-feira que vem, dia 6; a outra opção seria duas semanas a partir da entrega; então, se for quinta-feira, seria dia 13 de agosto a reunião. São as duas opções que temos, uma semana após a entrega do documento sistematizado, ou duas semanas após a entrega do documento sistematizado. Não havendo considerações colocou em votação: opção 1 – uma semana após a entrega do documento; opção 2– duas semanas após a entrega do documento. A opção 1 recebeu 30 votos e a opção 2, 26 votos. Definido assim que, após a entrega do documento, após uma semana se marca a reunião. Se quinta-feira as câmaras conseguirem concluir a sistematização do documento para enviar, quinta-feira da semana que vem começamos a reunião, que deverá ser extensa, talvez dois dias para concluir a avaliação, então já deixa os conselheiros preparados. Prosseguindo, falou sobre a questão do Brongar. Disse que é evidente que a gente tem que estar nos nossos espaços e respeitar todas as instituições, mesmo que tenhamos posições diferentes em relação a determinados assuntos, mas o respeito tem que estar sempre colocado em qualquer situação. Não acompanhou e não sabia da situação, que nível de manifestação foi, mas todas as representações devem ser respeitadas na sua possibilidade de expressão. Fica a solidariedade se houve algum tipo de ofensa, mas que tem que ter respeito para que todos possam se manifestar, colocar a sua ideia. Ficou a pergunta do Mack Leo, que gostaria que fosse elencado qual o câmpus, não sabe se ele quer que seja colocado aqui de forma mais aberta no grupo, ou se quer saber mais na informalidade, mas importante a gente ter clareza desse ponto e saber onde as coisas acontecem. É importante pontilhar e colocar a coisa aberta. O conselheiro Francisco Brongar disse que não iria manifestar qual foi o câmpus, porque houve assédio moral, constrangimento para os servidores e eles podem vir a ser perseguidos por causa disso; que fez, sabe onde fez. De uma próxima vez, a gente até já solicitou que se faça a gravação e aí vamos pedir um processo administrativo para disciplinar, não vai declinar hoje o câmpus do acontecido, para proteger os servidores. O conselheiro Mack Pedroso agradeceu o retorno, mas ficou preocupado porque se fosse na instância do câmpus Sapucaia do Sul teria que fazer esclarecimentos, já que a fala foi aberta, foi para toda a comunidade; então talvez tenha estudantes, familiares, nossos técnicos, técnicas, docentes, inclusive dos outros câmpus que podem achar que foi em Sapucaia. Em consulta aos três conselheiros, as duas conselheiras do câmpus Sapucaia que representam discentes e técnicos, pelo que acompanharam nas reuniões, não foi no câmpus Sapucaia; então manifesta aqui, porque no momento em que é deixado em aberto, o gestor tem que defender não apenas o câmpus, mas também sua condição de gestor; quer deixar em claro a toda comunidade do IFSul que não foi no câmpus Sapucaia e aproveitou para esclarecer que num outro momento, quando houve uma manifestação a respeito de um tipo de convocação, também pediu esclarecimentos sobre qual foi o câmpus e ainda não foi feito, tem que explicar que no dia 7, depois do CONSUP, quando teve encaminhamento, propôs reunião com os rês representantes do câmpus para que fizessem, em conjunto, um documento expondo a toda a comunidade, a decisão do CONSUP. Esse documento foi assinado por todos os representantes e enviado para toda a comunidade explicando qual, era a posição do CONSUP e que todos os conselheiros tiveram esclarecimento e acesso a vários documentos, inclusive que foram discutidos na comunidade, pesquisas que foram feitas, porque as pessoas precisavam de retorno. A partir de então foi feita uma convocação pelo diretor, no dia 13, onde sistematizaram todas as reuniões. Além do grande grupo que fizemos reunião imediata, optamos, enquanto conselheiros e por estratégia da gestão do câmpus, pelo número de servidores, para poder atingir todos os segmentos, foram feitas reuniões por cursos, por áreas, reuniões setorizadas, pra que todos pudessem ter acesso aos documentos que até então estavam postos no CONSUP e todos sabiam da existência. Não teria como pessoas opinarem sem saber que caminho estava sendo delineado e poderiam dizer, como disseram, alguns acham que o caminho não é aquele, outros acham que sim. Aquilo ali era público, foi obtido da comunidade e no seu entendimento de gestão, a comunidade teria que saber, porque isso é fazer democracia na prática e demos todas as informações que foram construídas através da comunidade também. Tem uma proposta, tem, vamos dar ciência; existem questões do câmpus de estrutura, vamos dar ciência, tudo isso, inclusive no texto fica bem claro para que pudesse contribuir sobre se poderia haver o retorno ou se não deveria haver o retorno, e isso foi ampliado para toda a comunidade. Tenho aí os três conselheiros que representam os três segmentos e deixei bem claro para eles da importância de as discussões serem aprofundadas e, da mesma forma, o que ocorre no câmpus Sapucaia, procurou não participar diretamente das reuniões, justamente por ser um conselheiro gestor; quis deixar bem tranquilo para a comunidade trazer contribuições, críticas. Está falando isso porque como foi falado de uma forma geral, tem que dizer como procedeu no câmpus. Atendeu sim os conselheiros ao pedido do CONSUP e manifestou-se junto aos pares para que tivesse maior acesso possível e pudéssemos ter as contribuições. Isso foi muito importante, principalmente porque os técnicos e técnicas-administrativas perceberam que, por mais que a gente se dedique muito para a questão do ensino aos nossos estudantes, também temos que ter um protocolo dos técnicos e técnicas, que talvez não sabe qual a Pró-reitoria que vai construir, que vai elaborar, mas é muito importante ter esses protocolos, também para os TAEs e, inclusive, para os servidores terceirizados. O procedimento, por parte do câmpus Sapucaia do Sul foi feito conformo es três conselheiros que representam os segmentos, junto com o conselheiro gestor, manifestaram em documento do dia 8 e depois, no dia 13, sistematizaram as reuniões. Gostaria também, já que está sendo público, de lembrar a todos e todas, que o câmpus Sapucaia possui seus representantes conselheiros; então, quando o câmpus tiver que ser citado, ou tiver que fazer esclarecimento, que os nossos membros da comunidade busquem seu representante conselheiro/conselheira docente, técnico-administrativo ou discente. Inclusive, pela forma que temos em Sapucaia de ação, poderiam buscar o conselheiro gestor, porque se é uma situação específica do câmpus, primeiro vamos tentar resolver na instância do câmpus, posterior, caso não ocorra, a gente traz de uma forma abrangente no CONSUP. Então, apenas para dizer que, na dúvida, tinha que esclarecer em nome do gestor, em nome do conselheiro e dos três conselheiros, que nenhum teve essa fala dentro do câmpus pelas pessoas que representam. A conselheira Janete Otte gostaria de dizer que o pedido de e-mail foi ela que mandou quando várias pessoas divulgaram um e-mail vindo de uma Pró-reitoria convocando ou convidando as pessoas a construírem documentos em cima da função das atividades e nesse e-mail, na convocação, tinha exatamente a fase que colocou para os conselheiros, que estava convidando para construir ”convido a todos que participem da reunião de tal dia, para discutir o documento criado e desenvolvido pela Câmara de Ensino” dizendo que o CONSUP definiu que instituiu à Câmara de Ensino e o Comitê Gestor de Pesquisa, a construção de diretrizes, para que posam vir a se propostas as atividades remotas ara o IFSul. Foi por isso que pediu que fosse esclarecido o que foi decidido no CONSUP, porque não eram as atividades e sim as diretrizes para a proposta das atividades, foi essa a questão daquele e-mail, para que as pessoas nos câmpus não começassem a confundir as questões. Então está esclarecido de onde saíram as palavras. O presidente pediu para ser esclarecido sobre de onde saiu esse e-mail. A conselheira Janete Otte disse que foi a Pró-reitoria de Pesquisa que enviou para diversas pessoas que estavam discutindo os documentos da pós-graduação, inclusive. O presidente disse que, de qualquer forma a discussão está posta. Estamos trabalhando se vamos oferecer ou não atividades remotas e trabalhando nas diretrizes, caso ela venha a ser definida. Desde aquela época já tinha feito a manifestação que isso iria contra a definição do que foi feito aqui no Conselho. Encaminhou então, no sentido de que após uma semana da entrega do documento será feita a reunião do Conselho, para avaliar as atividades remotas, ofertar ou não ofertar e quais suas diretrizes. Salientou ter recebido muitos retornos dessas reflexões e deixa agradecimento a todos os câmpus, a todos gestores dos câmpus que estão organizando e promovendo essa reflexão, os nossos diretores com suas gestões têm realmente procurado fazer com que haja uma reflexão aprofundada dessa questão tão importante para a nossa instituição. Isso tudo vai ser coroado na reunião do CONSUP, quando iremos avaliar toda essa reflexão que aconteceu nos câmpus. Também tem recebido muitas mensagens de whatsApp e ligações de estudantes, pais de estudantes, de colegas servidores, com todas as considerações contrárias e a favor, alguns exigindo algumas ações da instituição, mas acredita que estamos caminhando no sentido de amadurecimento desse documento, dessa nossa reflexão toda sobre atividades remotas e, nessa próxima reunião, estaremos apreciando toda essa reflexão que aconteceu nos câmpus. Informou que foi detectado que um representante discente não estava mais como aluno da instituição e então está promovendo reunião com as entidades estudantis de todos os câmpus para definição do novo conselheiro da representação estudantil. A conselheira Cláudia Larrosa disse que, pelas discussões parece que a gente quer ficar em casa. Não é isso, a gente quer que o governo faça a sua parte, e amaneira que a gente tem de incluir os que não têm condições [e trabalhar junto. Se tem câmpus com condições, ótimo, que lute com a gente para que a gente também tenha condições. É exigir dos seus senadores, dos seus deputados que, quando vierem (inaudível) a missão do IF é inclusão, não podemos voltar enquanto todos não tiverem solução. Peçam que o governo traga soluções para nós, para que todos possam ter aulas remotas, já temos aulas preparadas, estamos nos preparando, não é que a gente não queira, ninguém está parado, está todo mundo trabalhando. Quando vier a questão de por favor, vamos trabalhar, cobrem dos políticos em quem vocês votaram que ajudem nessa inclusão social, que todos os nossos alunos tenham condições de ensino remoto. Essa solução não é nossa, é de cima; quando resolverem que fodo aluno tenha seu computador, sua internet (inaudível). Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada, e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que depois de avaliada será aprovada pelos participantes.